

## PORTUGUÊS

Leia o texto a seguir e responda às questões de 01 à 11.

### À instabilidade das coisas do mundo

Gregório de Matos

Nasce o Sol e não dura mais que um dia,  
Depois da luz se segue a noite escura,  
Em tristes sombras morre a formosura,  
Em contínuas tristezas a alegria.

Porém se acaba o sol, por que nascia?  
Se é tão formosa a luz, por que não dura?  
Como a beleza assim se transfigura?  
Como o gosto da pena assim se fia?

Mas no sol e na luz falta a firmeza,  
Na formosura não se dê constância,  
E na alegria sintam-se tristeza.

Começa o mundo enfim pela ignorância,  
E tem qualquer dos bens por natureza  
A firmeza somente na inconstância.

Fonte: MATOS, Gregório. Gregório de Matos: poemas. 2. Ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

01) Sobre o poema “À instabilidade das coisas do mundo”, é correto afirmar que:

- a) o poema exalta a permanência dos valores humanos e defende a possibilidade de alcançar uma felicidade estável por meio da razão.
- b) o texto apresenta uma visão predominantemente objetiva e descritiva da natureza, sem recorrer a reflexões filosóficas ou existenciais.
- c) o eu lírico realiza uma profunda reflexão sobre a efemeridade e a constante mudança que caracteriza a existência.
- d) o eu lírico celebra as transformações do mundo como expressão do progresso humano e da confiança no futuro.

- e) a composição rejeita os contrastes característicos da estética barroca, privilegiando uma linguagem simples e a expressão direta dos sentimentos.

02) Com relação às imagens e metáforas, é correto afirmar que:

- a) o poema expressa os pensamentos do eu lírico sobre a perenidade da vida e a constância dos prazeres mundanos.
- b) por meio de imagens como a luz do sol, o eu lírico propõe uma reflexão sobre a imutabilidade da beleza e da felicidade, para concluir, nos versos finais do poema, que a única certeza é a impermanência.
- c) por meio de imagens como a luz do sol, o eu lírico propõe uma reflexão sobre a ininterrupção da beleza e da felicidade, para concluir, nos versos finais do poema, que a única certeza é a permanência.
- d) por meio de imagens como a luz do sol, o eu lírico propõe uma reflexão sobre a singularidade da beleza e da felicidade, para concluir, nos versos finais do poema, que a única certeza é a impermanência.
- e) o poema expressa os pensamentos do eu lírico sobre a efemeridade da vida e a inconstância dos prazeres mundanos.

03) A respeito da análise sintática do poema, assinale a afirmativa correta segundo a gramática normativa da língua portuguesa.

- a) **o sol** (verso 1) exerce a mesma função sintática de **a formosura** (verso 3).
- b) **a noite** escura (verso 2) exerce a mesma função sintática de **tão formosa** (verso 6).
- c) **a alegria** (verso 4) exerce a mesma função sintática de **tão formosa** (verso 6).
- d) **o sol** (verso 5) exerce a mesma função sintática de **tão formosa** (verso 6).
- e) **a beleza** (verso 7) exerce a mesma função sintática de **em tristes sombras** (verso 3).

04) No verso “Depois da luz se segue a noite escura”, a figura de linguagem predominante é:

- a) metáfora.
- b) prosopopeia.
- c) hipérbole.
- d) antítese.
- e) eufemismo.

05) Considerando o contexto em que se encontra dentro do poema e observando a ordem sintática e a estrutura do verso, o termo “**a alegria**”, em “Em contínuas tristezas a alegria”, exerce a função sintática de:

- a) objeto direto.
- b) complemento nominal.
- c) sujeito.
- d) adjunto adverbial.
- e) predicativo do sujeito.

06) Considerando o uso dos porquês nos versos: “Porém se acaba o sol, por que nascia?” e “Se é tão formosa a luz, por que não dura?”, assinale a alternativa correta.

- a) O uso de **por que** deveria ser grafado com acento circunflexo (**por quê**), pois aparece antes de verbos e indica uma pergunta direta.
- b) O termo “**por que**” deveria ser escrito junto (**porque**), pois introduz uma explicação sobre o nascimento e a duração do sol.
- c) O emprego de “**por que**” está adequado, igualmente à frase: As professoras não sabem o **por que** de tanto barulho na biblioteca da escola.
- d) A primeira ocorrência deveria ser escrita como “**porquê**”, pois apresenta um questionamento sobre a existência do sol.
- e) O uso de **por que** está adequado, pois, nas duas ocorrências, introduz perguntas e pode ser substituído por **por qual razão**.

07) O vocábulo “**contínuas**” foi acentuado de forma adequada à gramática normativa da Língua Portuguesa no verso “Em contínuas tristezas a alegria”. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão acentuadas de forma adequada à gramática normativa.

- a) Houve uma assembléia no condomínio para deliberação da taxa extra.
- b) Os professores intervêm sempre que percebem uma situação de desrespeito.
- c) Os eventos mantêm uma relação direta com a data comemorativa.
- d) Os conflitos familiares trazem prejuízo ao bem-estar familiar.
- e) O ministério do Trabalho detém os dados sobre o aumento nas taxas de desemprego.

08) Leia os versos a seguir:

Mas no sol e na luz falta a firmeza,  
Na **formosura** não se dê constância,  
E na alegria sinta-se tristeza.

Começa o mundo enfim pela **ignorância**,  
E tem qualquer dos bens por natureza  
A firmeza somente na inconstância.

Assinale a alternativa que aponta os sinônimos que podem, sem alteração de sentido, substituir as palavras destacadas respectivamente.

- a) fealdade e insciência.
- b) desalinho e venustidade.
- c) fealdade e venustidade.
- d) venustidade e insciência.
- e) erudição e desalinho.

09) No verso “Começa o mundo enfim pela ignorância”, observa-se uma figura de linguagem decorrente da inversão da ordem direta dos termos da oração. Essa figura é denominada de:

- a) hipérbato.
- b) pleonismo.
- c) elipse.
- d) zeugma.
- e) eufemismo.

10) No verso "Em tristes sombras morre **a formosura**", os elementos destacados em negrito, no âmbito da gramática normativa da língua portuguesa, classificam-se, morfológica e sintaticamente, respectivamente, como:

- a) artigo indefinido e adjetivo / adjunto adnominal e núcleo do sujeito simples.
- b) artigo definido e substantivo / adjunto adnominal e núcleo do sujeito elíptico.
- c) artigo definido e substantivo / adjunto adnominal e núcleo do sujeito simples.
- d) artigo definido e adjetivo substantivado / adjunto adnominal e núcleo do sujeito simples.
- e) partícula expletiva e substantivo / aposto especificativo e núcleo do sujeito simples.

11) A respeito das funções da linguagem presentes no poema, assinale a alternativa correta.

- a) A função referencial predomina, pois o texto descreve objetivamente fenômenos naturais e históricos.
- b) A função poética predomina, sem excluir a presença de outras funções da linguagem, como a emotiva, perceptível na reflexão subjetiva do eu lírico sobre a instabilidade da existência.
- c) A função apelativa é predominante, uma vez que o poeta dirige ordens ao leitor.
- d) A função metalinguística sobressai, pois o poema explica como se organiza a linguagem poética.
- e) A função fática prevalece porque o objetivo principal é verificar se o canal de comunicação permanece ativo.

Leia o texto a seguir e responda da questão 12 a 20.

### **Além do tempo de tela: o que os mais jovens têm feito no celular?**

Qualidade da interação e dos conteúdos acessados precisa estar no centro do debate sobre saúde mental entre crianças e adolescentes

Por Luiz Zoldan\*

Reduzir a crise de saúde mental entre jovens ao "tempo de tela" é uma explicação confortável – e perigosamente insuficiente. O debate público precisa de um ajuste urgente: mais do que contar horas, é preciso entender a qualidade da interação desses adolescentes com os dispositivos digitais.

Em consultórios, escolas e ambientes de trabalho, a constatação é recorrente: a forma como os jovens se relacionam consigo mesmos, com os outros e com o mundo mudou profundamente. E as telas ocupam um papel central nessa transformação.

Vivemos em uma realidade na qual nunca estivemos tão conectados e, paradoxalmente, tão expostos a fatores que afetam a saúde mental, especialmente entre crianças e adolescentes.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que mais de um em cada dez adolescentes já manifesta um uso problemático de redes sociais, com perda de controle e consequências negativas no dia a dia.

Estudos consistentes associam o uso excessivo de telas à piora nos indicadores de saúde mental. Cerca de 25% dos adolescentes que passam mais de 4 horas diárias em frente a telas apresentam sintomas recentes de ansiedade ou depressão. Evidências longitudinais também confirmam que o aumento do tempo de exposição está ligado a um maior risco de sofrimento emocional a longo prazo.

O Brasil figura entre os países com maior tempo de tela no mundo, ultrapassando 5 horas diárias apenas em smartphones. Entre os adolescentes brasileiros, os números são ainda mais alarmantes, chegando a quase 6 horas em

dias de semana e ultrapassando 8 horas nos fins de semana.

O cenário nacional é marcado por três desafios: o acesso a smartphones em idades cada vez mais precoces, a desigualdade no acesso à educação digital e a fragilidade na mediação por parte de famílias e escolas. Diante disso, cresce a percepção entre os próprios jovens de que algo não vai bem: quase metade deles já considera que as redes sociais impactam negativamente pessoas da sua idade.

Ainda assim, é crucial qualificar a leitura desses dados. A própria ciência mostra que o impacto não é uniforme. O uso passivo, caracterizado pela rolagem infinita e pela comparação social, está mais associado ao mal-estar. Por outro lado, usos mais ativos e focados na conexão podem ter um efeito protetor. O problema central, portanto, não é apenas o tempo, mas o padrão de uso. Comportamentos compulsivos e de dependência estão mais ligados a desfechos negativos do que o número absoluto de horas.

Nesse contexto, avanços como a atualização do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) ao ambiente digital são essenciais, pois reconhecem a vulnerabilidade de crianças e adolescentes nesse ecossistema. Essas iniciativas buscam responsabilizar as plataformas, proteger dados e reduzir a exposição a conteúdos nocivos. Contudo, a regulação, sozinha, não resolve. Ela cria um ambiente mais seguro, mas não substitui a educação, o vínculo afetivo e o desenvolvimento de repertório emocional.

Durante anos, a principal recomendação foi limitar o tempo de tela. Embora essa abordagem continue relevante, especialmente para crianças mais novas, hoje sabemos que é insuficiente. O verdadeiro problema não é apenas o que acontece nas telas, mas o que deixa de acontecer fora delas: sono de qualidade, atividade física, convivência e a própria construção da identidade são processos insubstituíveis para o desenvolvimento psíquico.

O uso excessivo de telas, por exemplo, está diretamente ligado a um sono mais curto e de pior qualidade – um dos principais gatilhos para o

sofrimento mental. Idealmente, um uso de qualidade envolve interações sociais reais, consumo de conteúdos educativos ou criativos e intencionalidade, sem prejudicar o sono. Em contrapartida, a utilização de risco é aquela em que há comportamento compulsivo, comparação social constante, exposição a conteúdos negativos e a substituição de experiências presenciais por virtuais.

Com base em evidências científicas e na prática clínica, algumas medidas são fundamentais. Para as famílias, é preciso estabelecer acordos claros, evitar o uso de aparelhos antes de dormir (especialmente porque um terço dos adolescentes os utiliza depois da meia-noite), acompanhar os conteúdos acessados e, acima de tudo, dar o exemplo. Isso implica reconhecer que muitos adultos também mantêm uma relação excessiva, distraída e pouco saudável com as telas, o que compromete o ensino da autorregulação.

Nas escolas, o desafio vai além da simples restrição: passa pela promoção da alfabetização digital e midiática, pelo desenvolvimento de competências socioemocionais e pela criação de espaços de convivência offline que favoreçam o pertencimento, o diálogo e a construção da identidade. Isso inclui a promoção de conversas qualificadas sobre corpo, gênero, autoestima e relações sociais, temas profundamente atravessados pela lógica das redes.

Para os profissionais de saúde, investigar o padrão de uso digital tornou-se parte indispensável da avaliação clínica, assim como sono, alimentação e atividade física. Ainda assim, o enfrentamento desse problema não é responsabilidade somente de indivíduos, famílias e consultórios. O desafio exige que empresas de tecnologia e políticas públicas atuem de forma mais firme na limitação de mecanismos de design viciantes e persuasivos e na implementação de estratégias integradas entre saúde, educação e regulação digital.

A relação entre os jovens e a tecnologia não é um “problema” a ser eliminado, mas uma realidade a ser gerenciada com inteligência. É preciso superar a lógica simplista de “mais ou menos tempo de tela” e adotar uma abordagem mais sistêmica e que considere o

contexto, o conteúdo e a intenção de cada interação. No fim das contas, o maior indicador de sucesso não é quantas horas um jovem passa conectado, mas sua capacidade de se desconectar com liberdade, propósito e, acima de tudo, saúde mental.

\*Luiz Zoldan é psiquiatra e gerente médico do Espaço Einstein Bem-Estar e Saúde Mental

Fonte: <https://veja.abril.com.br/coluna/letra-de-medico/alem-do-tempo-de-tela-o-que-os-mais-jovens-tem-feito-no-celular/>.

12) A partir da leitura do texto, é correto afirmar que o autor defende que:

- a) o uso das redes sociais é necessariamente prejudicial à saúde mental dos adolescentes, razão pela qual deve ser evitado em qualquer circunstância.
- b) a responsabilidade pelos impactos negativos do ambiente digital recai exclusivamente sobre as famílias, que devem controlar rigorosamente o acesso dos filhos às tecnologias.
- c) as evidências científicas demonstram que o uso de smartphones é a principal causa dos transtornos mentais entre adolescentes.
- d) as escolas devem priorizar a restrição do uso de aparelhos eletrônicos, pois essa medida, isoladamente, é suficiente para reduzir os problemas relacionados às redes sociais.
- e) a preocupação com a saúde mental dos jovens exige uma compreensão mais ampla do uso das tecnologias digitais, contemplando aspectos que vão além da duração da exposição às telas.

13) No trecho: "A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima **que mais de um em cada dez adolescentes já manifesta um uso problemático de redes sociais.**", do ponto de vista da estrutura do período e da análise sintática, é correto afirmar que:

- a) a oração em destaque classifica-se como oração subordinada substantiva objetiva direta.

- b) a oração em destaque se classifica como uma oração coordenada sindética aditiva.
- c) trata-se de um período composto por coordenação em que a segunda oração exerce função sintática de adjunto adverbial.
- d) a oração iniciada pela conjunção "que" constitui a oração principal do período.
- e) a oração em destaque classifica-se como oração subordinada substantiva subjetiva.

14) Assinale a alternativa em que se justifica corretamente o uso do acento grave no seguinte período: Estudos consistentes associam o uso excessivo de telas à piora nos indicadores de saúde mental.

- a) o acento grave ocorre para atender a regência nominal do termo "excessivo", sendo o complemento nominal obrigatoriamente introduzido por uma preposição.
- b) o acento grave se justifica por se tratar de uma locução adverbial formada por palavra feminina.
- c) o acento grave se justifica por se tratar de uma locução conjuntiva formada por palavra feminina.
- d) o acento grave ocorre para atender a regência do verbo "associar" que exige um objeto indireto como complemento.
- e) o acento grave ocorre para atender a necessidade do termo regente "as telas", sendo o complemento nominal obrigatoriamente introduzido por uma preposição.

15) Assinale a alternativa em que o termo destacado em negrito introduz uma oração subordinada adjetiva.

- a) A própria ciência mostra **que** o impacto não é uniforme.
- b) Cerca de 25% dos adolescentes **que** passam mais de 4 horas diárias em frente a telas apresentam sintomas recentes de ansiedade ou depressão.



- c) Quase metade deles já considera **que** as redes sociais impactam negativamente pessoas da sua idade.
- d) Isso implica reconhecer **que** muitos adultos também mantêm uma relação excessiva, distraída e pouco saudável com as telas.
- e) O desafio exige **que** empresas de tecnologia e políticas públicas atuem de forma mais firme.

16) Analise o uso da vírgula após “clínica” em “Com base em evidências científicas e na prática clínica, algumas medidas são fundamentais.” De acordo com as regras de pontuação, a vírgula presente imediatamente após o termo “clínica” no trecho anterior é de uso:

- a) facultativo, por isolar um aposto especificativo.
- b) facultativo, por isolar um adjunto adverbial de longa extensão deslocado.
- c) obrigatório, por isolar um aposto especificativo.
- d) obrigatório, por isolar um adjunto adverbial de longa extensão deslocado.
- e) obrigatório, por isolar um adjunto adnominal de curta extensão deslocado.

17) Nos trechos: “O uso excessivo de telas, por exemplo, está diretamente ligado a um sono mais curto e de pior” e “Nas escolas, o desafio vai além da simples restrição” o uso da vírgula se justifica, respectivamente, por:

- a) isolar uma expressão exemplificativa e separar um adjunto adverbial deslocado de sua posição original.
- b) isolar uma expressão conclusiva e separar um adjunto adnominal deslocado de sua posição original.
- c) isolar uma expressão conclusiva e separar uma expressão explicativa.
- d) isolar um adjunto adverbial deslocado de sua posição original e uma expressão exemplificativa.
- e) isolar um aposto determinativo deslocado de sua posição original e uma expressão exemplificativa.

18) No trecho “O uso passivo, caracterizado pela rolagem infinita e pela comparação social, está mais associado ao mal-estar.”, o hífen foi utilizado de forma adequada segundo o atual Acordo Ortográfico. Assinale a alternativa em que o hífen foi empregado de forma adequada ao referido acordo ortográfico.

- a) A candidata foi aprovada na auto-escola.
- b) Depois do casamento, o casal viajou para o litoral para aproveitar a lua-de-mel.
- c) O professor foi co-autor do livro publicado pela universidade sobre educação brasileira.
- d) A redação passou por uma re-escrita para corrigir problemas de clareza e aprimorar a organização das ideias.
- e) O sub-bibliotecário auxiliava o bibliotecário responsável na organização dos serviços técnicos da biblioteca.

19) Em “Vivemos em uma realidade na qual nunca estivemos tão conectados e, paradoxalmente, tão expostos a fatores **que** afetam a saúde mental, especialmente entre crianças e adolescentes.”, sobre o elemento conector destacado em negrito é correto afirmar que:

- a) é um pronome relativo e exerce função sintática de objeto direto.
- b) é uma conjunção coordenativa e exerce função sintática de predicativo.
- c) é um pronome relativo e exerce função sintática de sujeito.
- d) é uma conjunção subordinativa e exerce função sintática de objeto indireto.
- e) é uma conjunção integrante e exerce função sintática de adjunto adverbializado.

20) Observe as palavras destacadas em negrito do trecho do texto: “O verdadeiro problema **não** é apenas o que acontece nas telas, mas o que deixa de acontecer **fora** delas: sono de qualidade, atividade física, convivência e a própria construção da identidade são processos **insubstituíveis** para o desenvolvimento psíquico.”. Identifique a opção que apresenta a classificação morfológica das palavras destacadas em negrito, conforme o contexto em que se encontram, e na ordem em que ocorrem.

- a) Adjetivo, adjetivo e advérbio.
- b) Advérbio, advérbio e adjetivo.
- c) Interjeição, advérbio e advérbio.
- d) Adjetivo, advérbio e advérbio.
- e) Substantivo, adjetivo e adjetivo.

### INFORMÁTICA

21) Em sistemas operacionais modernos, o sistema de arquivos é responsável pela organização lógica dos dados armazenados. Assinale a alternativa que apresenta apenas sistemas de arquivos nativamente utilizados por Windows e Linux, respectivamente.

- a) FAT32 e DOCX.
- b) NTFS e TCP/IP.
- c) HTTP e NTFS.
- d) NTFS e ext4.
- e) FAT32 e HTTP.

22) Um usuário possui uma pasta contendo 500 arquivos de texto e deseja enviá-los por e-mail. Sobre a utilização de arquivos compactados (.zip), assinale a alternativa correta.

- a) A compactação altera permanentemente o conteúdo original dos arquivos.
- b) Arquivos compactados só podem ser abertos no sistema operacional em que foram criados.
- c) A compactação pode reduzir o tamanho total dos arquivos e facilitar seu transporte.

- d) Todo arquivo compactado possui obrigatoriamente extensão .rar.
- e) A compactação impede a utilização de assinaturas digitais.

23) Considere os seguintes componentes:

- 1. Memória RAM.
- 2. Processador (CPU).
- 3. Sistema Operacional.
- 4. SSD.

Assinale a alternativa que classifica corretamente hardware e software.

- a) Hardware: 1, 2 e 4; Software: 3.
- b) Hardware: 1 e 4; Software: 2 e 3.
- c) Hardware: 2 e 4; Software: 1 e 3.
- d) Hardware: 1, 2, 3 e 4.
- e) Hardware: 3 e 4; Software: 1 e 2.

24) Em uma planilha do Microsoft Excel ou Google Sheets, as células A1, A2 e A3 contêm, respectivamente, os valores 10, 20 e 30. Qual será o resultado da fórmula:

=MÉDIA(A1:A2)+MÁXIMO(A1:A3)

- a) 25
- b) 40
- c) 45
- d) 50
- e) 75

25) Analise as afirmativas sobre correio eletrônico:

- I. O campo Cc permite enviar cópia visível da mensagem para outros destinatários.
- II. O campo Cco (ou Bcc) oculta os destinatários incluídos nesse campo dos demais destinatários.
- III. Webmail é um serviço acessado normalmente por meio de um navegador web.
- IV. Clientes de e-mail, como Outlook e Thunderbird, podem ser configurados para acessar caixas postais remotas.

Após análise, conclui-se que está correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

**CONHECIMENTOS SOBRE O MUNICÍPIO DE ASSUNÇÃO E LEGISLAÇÃO**

26) O povoado que deu origem ao município de Assunção, na Paraíba, recebeu inicialmente o nome de “Estaca Zero”. Essa denominação estava relacionada:

- a) à criação de uma fazenda de gado que deu origem ao povoado.
- b) à instalação de uma placa que demarcava o ponto de encontro das estradas durante sua construção.
- c) à divisão territorial entre os municípios de Taperoá e Juazeirinho.
- d) à elevação do povoado à categoria de cidade, ocorrida em 1964.
- e) à homenagem prestada aos primeiros habitantes da localidade.

27) O município de Assunção está localizado na região central do estado da Paraíba e integra a mesorregião da Borborema e a microrregião do Cariri Ocidental. Considerando sua localização geográfica, Assunção limita-se:

- a) ao norte com Tenório e Junco do Seridó; ao sul com Taperoá; ao leste com Juazeirinho; e ao oeste com Salgadinho.
- b) ao norte com Taperoá; ao sul com Tenório e Junco do Seridó; ao leste com Salgadinho; e ao oeste com Juazeirinho.
- c) ao norte com Juazeirinho; ao sul com Salgadinho; ao leste com Tenório e Junco do Seridó; e ao oeste com Taperoá.
- d) ao norte com Salgadinho; ao sul com Juazeirinho; ao leste com Taperoá; e ao oeste com Tenório e Junco do Seridó.

- e) ao norte com Junco do Seridó; ao sul com Tenório; ao leste com Salgadinho; e ao oeste com Taperoá.

28) Com base na Lei Orgânica do Município de Assunção (Capítulo VI – Do Plebiscito, Art. 40), julgue os itens e assinale (V) para verdadeiro e (F) para falso.

( ) O plebiscito pode ser proposto por dois quintos dos Vereadores ou por 5% dos eleitores inscritos no Município.

( ) A aprovação da proposta de plebiscito ocorre por maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

( ) Cada consulta plebiscitária pode conter, no máximo, duas proposições.

( ) É vedada a realização de plebiscito nos quatro meses que antecedem eleições nacionais, estaduais ou municipais.

Marque a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) V - F - V - F.
- b) F - V - V - F.
- c) F - F - V - F.
- d) V - F - V - V.
- e) V - V - F - V.

29) Com base no Capítulo III – Da Vacância, especialmente nos arts. 31 a 33 da Lei Municipal nº 147/2005 – Estatuto do Servidor de Assunção, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A exoneração de cargo em comissão dependerá de prévia avaliação do servidor em estágio probatório, conforme previsto no art. 33.
- b) A vacância do cargo público, prevista no art. 31, não inclui a aposentadoria como hipótese.
- c) A exoneração de ofício ocorrerá, nos termos do art. 32, quando o servidor não entrar em exercício no prazo legal após a posse.
- d) A posse em outro cargo inacumulável não gera vacância, conforme art. 31.



- e) A demissão não está prevista como forma de vacância no art. 31.

30) Com base no Capítulo IV – Da Disponibilidade e do Aproveitamento, disposto nos arts. 35 a 38 da Lei nº 147/2005, analise as afirmativas a seguir, assinalando (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas.

( ) Nos termos do art. 35, o servidor estável ficará em disponibilidade com remuneração integral quando o cargo for extinto ou declarado desnecessário.

( ) De acordo com o art. 37, o aproveitamento do servidor em disponibilidade independe de comprovação de capacidade física e mental.

( ) Conforme o §2º do art. 37, sendo verificada incapacidade definitiva, o servidor será aposentado.

( ) Nos termos do art. 39, a substituição será remunerada desde o primeiro dia de afastamento do titular.

Marque a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) V – F – V – F.
- b) V – V – V – F.
- c) F – F – V – V.
- d) V – F – F – F.
- e) F – V – V – F.

31) A emancipação político-administrativa de Assunção, na Paraíba, foi resultado de um processo de consulta popular realizado por meio de plebiscito em 1993. A partir desse processo, o município deixou de pertencer aos municípios de Taperoá e Juazeirinho e passou a ter autonomia político-administrativa. Em que ano ocorreu a emancipação de Assunção?

- a) 1993.
- b) 1994.
- c) 1995.
- d) 1996.
- e) 1999.

32) No contexto da história política do município de Assunção, na Paraíba, após sua emancipação político-administrativa, foram realizadas, em 1996, as primeiras eleições municipais. Assinale a alternativa que apresenta o nome do primeiro prefeito eleito do município de Assunção.

- a) Luiz Waldvogel de Oliveira Santos.
- b) Antônio Martiniano dos Santos.
- c) Cícero Lucena.
- d) Pio Salvador de Maria.
- e) José Pedro Diniz.

33) O Cartório de Registro Civil do distrito de Assunção foi instituído por meio da Lei nº 1.954, de 17 de janeiro de 1959. A referida lei, assinada pelo então governador da Paraíba, criou o distrito de Assunção, no município de Taperoá, e, simultaneamente, instituiu o Cartório Distrital.

De acordo com as informações apresentadas, a Lei nº 1.954/1959 foi assinada pelo governador:

- a) Flávio Ribeiro Coutinho.
- b) Pedro Gondim.
- c) João Agripino Filho.
- d) Tarcísio de Miranda Burity.
- e) Antônio Mariz.

34) Em que ano o distrito de Assunção recebeu a energia elétrica, inaugurada pelo governador João Agripino, em solenidade que contou também com a participação de José Pedro Diniz?

- a) 1959.
- b) 1962.
- c) 1965.
- d) 1968.
- e) 1970.

35) De acordo com os estudos apresentados pelo antropólogo José Elias Borges sobre os povos indígenas que habitavam o território paraibano no período colonial, o Sertão, região que naquela época incluía o atual Cariri, era habitado principalmente por dois grandes grupos indígenas.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente esses dois grupos

- a) Tupis e Potiguaras.
- b) Tabajaras e Potiguaras.
- c) Cariris e Tarairius.
- d) Chocós e Paratiós.
- e) Janduís e Sucurus

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

36) No âmbito da Administração Pública municipal, determinado ente instituiu uma prestação pecuniária compulsória destinada ao custeio de atividade estatal, cuja exigência decorre diretamente de previsão legal. Considerando o conceito de tributo estabelecido pelo Código Tributário Nacional e as funções desempenhadas pela tributação, analise as afirmativas a seguir:

- I. A compulsoriedade constitui elemento caracterizador do tributo, distinguindo-o de prestações pecuniárias decorrentes de relações negociais estabelecidas voluntariamente entre o particular e o Poder Público.
- II. A natureza tributária de uma prestação decorre da destinação atribuída aos recursos arrecadados, de modo que a utilização da receita para determinada finalidade pública é suficiente para caracterizá-la como tributo.
- III. A tributação pode desempenhar função fiscal, extrafiscal e parafiscal, conforme a finalidade predominante relacionada à arrecadação, à intervenção estatal sobre comportamentos econômicos ou à atuação de determinada entidade na administração de recursos destinados a objetivos específicos.
- IV. Para que uma prestação pecuniária seja considerada tributo, sua instituição deve decorrer de lei, sendo juridicamente relevante, para essa caracterização, a natureza da obrigação e não a denominação atribuída pelo legislador.

Após análise, conclui-se que está correto o que se afirma em:

- a) II e III.
- b) I e II.
- c) I, II e IV
- d) I, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

37) Considerando o sistema tributário brasileiro e as espécies tributárias previstas na Constituição Federal, um Município pretende ampliar suas receitas para financiar políticas públicas locais. Para tanto, sua equipe técnica analisa a possibilidade de instituição ou cobrança de diferentes espécies tributárias. À luz da Constituição Federal e do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- a) O Município pode instituir impostos, taxas e contribuições de melhoria, além de contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social, desde que demonstrada a existência de interesse público local.
- b) A contribuição de melhoria pode ser instituída pelo Município diante da realização de qualquer obra pública que produza benefícios coletivos, sendo suficiente a execução da obra para caracterizar o fato gerador da exação.
- c) Os impostos municipais possuem natureza vinculada, pois sua arrecadação deve guardar correspondência com determinada atividade estatal relacionada ao contribuinte.
- d) O empréstimo compulsório integra a competência tributária municipal quando houver necessidade de financiamento de investimentos públicos de caráter urgente e relevante para o Município.
- e) As taxas municipais podem ter como fato gerador a prestação de serviço público específico e divisível ou o exercício regular do poder de polícia, sendo sua cobrança vinculada à atuação estatal que constitui seu pressuposto.

38) Considerando as disposições do Código Tributário Nacional acerca da constituição, suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, analise as afirmativas a seguir:

- I. O lançamento é procedimento administrativo destinado a verificar a ocorrência do fato gerador, determinar a matéria tributável, calcular o montante devido, identificar o sujeito passivo e, quando cabível, propor a aplicação da penalidade.
- II. O depósito do montante integral do crédito tributário suspende sua exigibilidade, não produzindo, por si só, a extinção do crédito tributário.
- III. A isenção e a anistia constituem modalidades de exclusão do crédito tributário, nos termos estabelecidos pelo Código Tributário Nacional.
- IV. A remissão e a compensação constituem hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Após análise, conclui-se que está correto o que se afirma em:

- a) I e IV.
- b) II e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

39) À luz das disposições do Código Tributário Nacional relativas às garantias e aos privilégios do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- a) Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, o crédito tributário possui preferência sobre qualquer outro, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho, bem como as hipóteses expressamente previstas no Código Tributário Nacional.

- b) O crédito tributário possui preferência sobre os créditos trabalhistas quando constituído anteriormente àqueles, em razão da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.
- c) As garantias atribuídas ao crédito tributário restringem-se aos bens existentes no patrimônio do sujeito passivo no momento da constituição definitiva do crédito.
- d) A presunção de fraude na alienação ou oneração de bens do sujeito passivo ocorre somente após o ajuizamento da execução fiscal correspondente.
- e) A existência de garantia real regularmente constituída em favor de terceiro impede a Fazenda Pública de exercer seus privilégios sobre o patrimônio do sujeito passivo.

40) No exercício da administração tributária municipal, a autoridade fiscal realiza procedimento de fiscalização sobre determinado contribuinte e identifica operações sujeitas à tributação. Considerando as disposições do Código Tributário Nacional acerca da fiscalização e dos poderes da Administração Tributária, assinale a alternativa correta.

- a) O exame de livros e documentos fiscais pela autoridade administrativa depende de prévia autorização judicial, ainda que realizado no âmbito regular de procedimento fiscal.
- b) Os livros e documentos fiscais ou comerciais do sujeito passivo podem ser examinados pela autoridade administrativa, desde que relacionados com os tributos objeto da fiscalização, permanecendo o contribuinte obrigado a conservá-los até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.
- c) A fiscalização tributária municipal alcança os tributos de competência de outros entes federativos quando os fatos examinados apresentarem repercussão econômica para o Município.

- d) O sigilo fiscal impede o fornecimento de informações tributárias a outras autoridades administrativas, ainda que exista previsão legal autorizando o intercâmbio de informações.
- e) A obrigação de prestar informações à autoridade fiscal pode ser afastada pelo sujeito passivo quando os documentos solicitados também forem utilizados para fins comerciais ou contábeis.

41) Durante processo administrativo tributário instaurado em âmbito municipal, determinado contribuinte apresenta impugnação contra lançamento realizado pela autoridade fiscal. Considerando as regras gerais aplicáveis ao crédito tributário e à atuação administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) A apresentação de qualquer manifestação do contribuinte perante a Administração Tributária suspende automaticamente a exigibilidade do crédito tributário, ainda que não esteja prevista como hipótese legal de suspensão.
- b) O processo administrativo tributário somente pode ser instaurado após o pagamento parcial do crédito tributário lançado, condição necessária para o exercício do direito de defesa.
- c) A impugnação administrativa extingue o crédito tributário objeto do lançamento, produzindo efeito equivalente ao pagamento enquanto não houver decisão definitiva.
- d) A reclamação e os recursos apresentados nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo constituem hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, enquanto estiverem em curso, nos termos da legislação aplicável.
- e) O recurso administrativo apresentado pelo contribuinte transfere à autoridade julgadora a competência para constituir novo crédito tributário, independentemente dos limites estabelecidos no lançamento impugnado.

42) Considerando os princípios constitucionais que limitam o poder de tributar, determinado Município pretende instituir nova cobrança tributária e, para tanto, analisa sua compatibilidade com as garantias asseguradas ao contribuinte. À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da anterioridade anual impede toda e qualquer cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que publicada a lei que o instituiu ou majorou, inclusive nas situações excepcionadas expressamente pela Constituição Federal.
- b) O princípio da isonomia tributária permite ao Município estabelecer tratamento tributário diferenciado entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente quando houver interesse na ampliação da arrecadação municipal.
- c) A vedação ao confisco aplica-se exclusivamente aos impostos, não alcançando taxas, contribuições ou outras espécies tributárias instituídas pelo Poder Público.
- d) O princípio da capacidade contributiva determina que todos os tributos municipais sejam necessariamente calculados mediante aplicação de alíquotas progressivas sobre a renda do contribuinte.
- e) A instituição ou majoração de tributo deve observar o princípio da legalidade, sendo vedado ao Município exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça, ressalvadas as hipóteses constitucionais em que a própria Constituição admite tratamento específico.



43) Um Município analisa a possibilidade de exigir impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços relacionados a determinadas entidades e situações protegidas pela Constituição Federal. Considerando o regime constitucional das imunidades tributárias, assinale a alternativa correta.

- a) A imunidade recíproca impede que o Município institua qualquer espécie de tributo sobre bens, rendas ou serviços pertencentes à União, inclusive taxas decorrentes da prestação de serviços públicos específicos e divisíveis.
- b) A imunidade das instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos alcança automaticamente qualquer atividade econômica desenvolvida pela entidade, ainda que desvinculada de suas finalidades essenciais.
- c) É vedado aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, observados os requisitos estabelecidos em lei.
- d) As imunidades tributárias dependem de lei municipal específica para produzir efeitos no âmbito dos tributos de competência do Município.
- e) A imunidade tributária recíproca alcança empresas privadas que prestem serviços públicos mediante contrato de concessão, independentemente da natureza jurídica e da atividade desenvolvida.

44) Em relação à Administração Tributária, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) não tem aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.
- b) a certidão negativa expedida com dolo ou fraude que contenha erro contra a fazenda pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.
- c) constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.
- d) a dívida inscrita goza de presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, presunção esta absoluta, não podendo ser ilidida por prova ainda que inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
- e) constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

45) Acerca da definição de “Contribuinte”, analise as afirmativas a seguir:

- I. Qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com ou sem habitualidade, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- II. Qualquer pessoa, física ou jurídica realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operação de circulação de mercadoria que se inicie no exterior.
- III. A pessoa, física ou jurídica, que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial, seja destinatário de serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior.

Após análise, conclui-se que está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) II, apenas.
- e) III, apenas.

46) A Constituição Federal atribui à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios competências tributárias privativas, vedando que um ente político invada a competência do outro, exceto, em relação:

- a) à união que, no exercício de sua competência residual, poderá invadir as competências tributárias dos entes políticos, para instituir impostos cumulativos, com fato gerador e base de cálculo já relacionados na constituição federal.
- b) aos estados-membros, que podem conceder moratória de caráter geral, em relação aos tributos municipais.
- c) à união que, na iminência ou no caso de guerra externa, poderá instituir impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária.

- d) à união, que pode instituir isenções de tributos de competência dos estados, do distrito federal e dos municípios.
- e) na hipótese de guerra interna, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, tornados definitivos após 90 dias de sua criação.

47) A obrigação tributária principal consiste em:

- a) Pagar o tributo e respectiva penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- b) Prestar informações ao fisco.
- c) Emitir notas fiscais.
- d) Escriturar os livros fiscais obrigatórios, a critério do fisco.
- e) A obrigação principal, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação acessória relativamente à penalidade pecuniária.

48) A partir do conceito legal de tributo, é possível afirmar que multa **NÃO** é espécie de tributo porque o tributo:

- a) Pode ser objeto de compensação, anistia e remissão, ao contrário da multa, que só pode ser objeto de anistia.
- b) Não é sanção por ato ilícito e a multa é sanção pecuniária por prática de ato ilícito.
- c) Tem que ser instituído mediante lei, ao passo que a multa não se reveste desta obrigatoriedade.
- d) É cobrado mediante atividade administrativa vinculada, enquanto a multa pode ser aplicada de forma discricionária pelo poder público.
- e) A natureza jurídica específica do tributo é irrelevante para a configuração do fato gerador da respectiva obrigação.

49) Nos termos do art. 153, parágrafo 4º, III, da Constituição Federal, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural poderá ser fiscalizado e cobrado pelo Município. Se o Município, em caráter excepcional, resolver fazer uso dessa faculdade, passará a exercer:

- a) A competência tributária plena.
- b) Juntamente com a União a competência tributária.
- c) A competência e a capacidade tributária ativa.
- d) A capacidade tributária ativa, ficando reservada à União a competência tributária.
- e) Sob nenhuma hipótese o Município poderá exercer capacidade tributária ativa.

50) Assinale a alternativa correta acerca da competência tributária.

- a) O ente político poderá transferir a terceiros as atribuições de arrecadação e fiscalização de tributos.
- b) Os estados, na forma das respectivas leis, têm competência para instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
- c) É lícita a delegação da competência tributária de uma pessoa jurídica de direito público interno a outra.
- d) A União, os Estados e o DF têm competência para instituir impostos não previstos expressamente na CF, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculos próprios dos já discriminados no texto constitucional.
- e) Constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.